



dEsEnrEdoS

ano I - **número dois**
setembro outubro 2009
ISSN 2175 3903

entrevista
Luiz Costa Lima
fala sobre seu novo livro
por **Wanderson Lima**

expediente

editores

Adriano Lobão Aragão
Wanderson Lima

design e programação visual

Adriano Lobão Aragão

conselho editorial

Adriano Lobão Aragão
Alfredo Werney Lima Torres
Carlange Lobão de Castro
Cleber Ranieri Ribas de Almeida
Herasmo Braga de Oliveira Brito
José Wanderson Lima Torres
Newton de Oliveira Lima
Roselany de Holanda Duarte
Sebastião Edson Macedo

imagem desta edição

Gabriel Archanjo

contatos

lobaoaragao@gmail.com
wandersonlora@hotmail.com

As opiniões, fundamentações teóricas e adequação vocabular são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

entrevista

Luiz Costa Lima

fala sobre seu novo livro

por **Wanderson Lima**

3

LUIZ COSTA LIMA nasceu em São Luís do Maranhão, em 1937, de onde cedo partiu para outras plagas. Atualmente, é professor do Instituto de Letras da UERJ e do Departamento de História da PUC - RJ, tendo lecionado em universidades americanas e européias. Desde o início da década de 1980, com *Mímesis* e *modernidade*, iniciou uma trajetória muito própria, centrada em torno de duas questões: a revisão do conceito de *mímesis* e a investigação sobre "controle do imaginário", isto é, as táticas que a razão ocidental se utiliza para limitar a força subversiva da ficção. Autor de mais de vinte livros, alguns deles traduzidos para o inglês e alemão, Costa Lima lançou este ano *O controle do imaginário & a afirmação do romance*, onde retoma o problema do controle e analisa alguns romances basilares da tradição ocidental, entre eles o *Quijote*. Além desta retomada, o livro constitui também um desdobramento de questões presentes em *História.Ficção.Literatura*, livro que recebeu, em 2007, o prêmio Jabuti na categoria teoria/crítica literária. A entrevista que segue foi respondida por e-mail e versa basicamente sobre o novo trabalho.

Wanderson Lima: Esquemáticamente, sua obra articula dois problemas estéticos centrais - a *mímesis* e o controle do imaginário - para realizar uma revisão de categorias basilares do pensamento ocidental, como sujeito, representação, literatura, história e ficção. Em que ponto de sua caminhada deve-se situar *O controle do imaginário & a afirmação do romance* (2009)? Que novos dados ele acrescenta ao seu percurso intelectual?

Luiz Costa Lima: Originalmente, tinha pensado que meu livro mais recente tratasse simplesmente da questão do romance face à idéia de ficção que desenvolvera no anterior, *História. Ficção. Literatura*, junto com a revisão que já fizera da *mímesis*. Mas, em 2007, o editor da Topbooks, José Mário Pereira, teve a ideia de relançar, em um só volume, a trilogia que eu escrevera na década de 1980 sobre o controle do imaginário (eram os então chamados *O Controle do imaginário*, *Sociedade e discurso ficcional*, *O Fingidor e o censor*). Ao reler os três livros, verifiquei que teria de modificá-los, de muito cortar e emendar. O resultado foi duplo: (a) no volume único em que eles se converteram, *A trilogia do controle*, Topbooks, Rio de Janeiro, 2007, sinto que está contido o que duro da intuição tida naqueles anos; (b) que, precisando o conceito de controle ser mais bem concretizado, era preciso escrever algo que se lhe ajuntasse. Daí o livro de 2009 conter uma primeira parte que desenvolve a questão do controle a um ponto que eu não conseguira há vinte anos.

Portanto, a resposta à sua pergunta é dupla: (1) O livro de 2009 torna a questão do controle do imaginário algo bem mais tangível. Isto é, mostra a espada de Dâmocles que tem pesado sobre a arte ocidental desde que ela, a partir de fins do século XVIII, se autonomizou. Noutras palavras, a primeira parte do livro é menos nova por seu conteúdo - afirmação do controle - do que por sua formulação - em que exatamente esse controle tem consistido e por que foi implantado; (2) a abordagem do romance - e não pude ir além do século XVIII - é absolutamente nova.

WL: A questão do controle do imaginário, se não me engano, começou-lhe a inquietar no *Mimesis e Modernidade* (1980). Em seguida, ela lhe custou parte da década de 80 e três livros: *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos* (1984), *Sociedade e discurso ficcional* (1986) e *O fingidor e o censor* (1988). Por que retomá-la agora? O novo trabalho é uma correção de considerações presentes nesta chamada *trilogia do controle* ou se trata de um adendo a ela?

4

LCL: Creio que a resposta anterior nos permita um encaminhamento mais rápido. A primeira parte do livro novo não é uma retificação da trilogia a que se refere senão sua formulação mais precisa. Noutras palavras: a reflexão sobre o controle agora se mostra formada por duas ondas: a primeira tem seus limites estabelecidos com os cortes que se mostraram necessários na *Trilogia do controle* (2007); a segunda onda não tem a novidade do tema, mas o faz ganhar em formulação mais precisa. De todo modo, veja-se que o livro aí não se encerra. A segunda parte sua é dedicada exclusivamente à questão do gênero "romance" perante o mecanismo do controle que o acompanhou.

WL: *O controle do imaginário & a afirmação do romance* (2009) divide-se em duas partes, sendo a segunda delas uma aplicação da teoria, exposta na primeira parte, há quatro romances paradigmáticos do Ocidente: *Dom Quixote*, *Moll Flanders*, *As relações perigosas* e *Tristram Shandy*. Que critérios presidiram a escolha destes romances?

LCL: Só não diria que a segunda parte seja "aplicação" de alguma teoria, pois a inexauribilidade do texto ficcional não permite que uma teoria sobre ela se aplique. Que critérios presidiram sua escolha: quanto ao *Quixote*, de imediato por ser o primeiro grande romance moderno; como tal, ele necessitou de uma astúcia infinita para realizar um gênero mal visto pela poetologia renascentista e no momento mais difícil da história: quando a Renascença dava lugar à repressiva Contrarreforma. (Poderia me estender por páginas a respeito). Quanto ao *Moll Flanders*, para mostrar como Defoe utilizava todas as receitas antifccionais - com um conjunto de fatos supostamente dados, um encadeamento bastante verossímil, uma representação estreitamente fiel ao quadro histórico da Inglaterra e sua colonização norte-americana - e afinal conseguia criar um romance de qualidade. *E isso, ao contrário de Cervantes que queria ludibriar seus censores, independente da vontade do próprio Defoe.* Quanto a *Les Liaisons dangereuses*, para verificar o rendimento que Laclos tirava contra a moda do romance sentimental que se espalhava na França, por influência de Richardson. O sentimentalismo, com tanta fortuna em Rousseau, convertia-se aqui em um jogo de xadrez, e o grande desafio que Laclos criava para seus dois protagonistas era como conseguir a suprema perícia no jogo do amor, que lhes permitisse usufruir de *eros*, sem ser tomado pelos tormentos da paixão amorosa. (Outra vez, valeria a pena discutir o problema posto por Laclos, mas aqui apenas justifico tomá-lo como romance exemplar). Por fim, o *Tristram Shandy*. Haveria uma razão local: em um tempo em que, na Inglaterra, Sterne era visto como lixo, o nosso Machado soube entendê-lo de maneira estupenda e historicamente (para mim) inexplicável; e uma razão geral: como bem diz João Adolfo Hansen, na apresentação do livro, Sterne faz de seu romance um *panopticum*, a partir do qual observa todos os truques que a tradição romanesca já instalada na Inglaterra utilizava para dar ao leitor a sensação de que acompanhava um relato verdadeiro, isto é, *para deixar-se ser controlado*. Acrescente-se ainda: como mostra o exemplo de Defoe, embora fossem controlados, nem por isso deixavam de morder a maçã proibida, isto é, de fazer ficção de qualidade. Mesmo que seja assim, Sterne os desmonta e, com seu desmonte, faz

a sua grande obra. (Não por acaso Nietzsche o chamava "o mais livre" dos escritores).

WL: Seus três últimos livros - *O redemunho do horror. As margens do Ocidente* (2003); *Historia. Ficção. Literatura* (2007); *O controle do imaginário & a afirmação do romance* (2009) - apresentam uma interação complexa entre história, cultura e literatura, assim como uma articulação rigorosa e pontual entre teoria e crítica, que constituem uma contraproposta aos chamados estudos culturais (*cultural studies*). Poderia explicitar os pontos de divergências entre seu projeto e o dos "culturalistas"?

5

LCL: Não creio que valha a pena cascavilharmos muito. Os chamados "estudos culturais" são um excelente chamariz por combinar "correção política" e amadorismo. Por esta fórmula, repetem-se os clichês mais infames - não importa que muitas vezes eles digam algo verdadeiro, mas que não bastaria repetir. Como é próprio dos clichês confirmarem o que o leitor previamente já sabe, os clichês culturalistas atraem grandes tiragens. E os editores ficam muito satisfeitos.

WL: Tratando de Jorge Luis Borges, em *O fingidor e o censor* (1988), livro hoje incorporado à *Trilogia do controle* (2007), o sr. afirma: "A tudo que toca, Borges converte em ficção. (...) De controlada, como tem sido há séculos, a ficção se torna controladora". Este caminho, que Flaubert inicia e Borges radicaliza, encontra forte eco no desconstrucionismo e nas teorizações pós-modernas, redutos onde "a ficção [apresenta-se] como único [discurso] humanamente legítimo, porque não embaraçado em dilemas verdadeiro/falso; representativo/ não representativo - empre discriminadores" (LCL). Nestas condições, o "controle do imaginário" estaria em vias de dissolução? Em seu lugar, sob a égide de um esteticismo generalizado, estaríamos vivenciando uma "tirania do imaginário", um novo reducionismo teórico?

LCL: Sim, essa é uma das tendências contemporâneas. De especial agrado para o grande capital, pois a arte deixa de estar ferindo os seus pés - a chamada tradição da negatividade - ao mesmo tempo que se torna um bem a mais para o mercado. Creio que Warhol foi cinicamente o emblema dessa direção. Por sorte, o mundo é mais complexo do que o desconstrucionismo pretendeu. Este encontra seus bastiões, mas também correntes sérias que se lhe opõem. O grande problema no Brasil é fazer com que as instituições que poderiam abrir caminho para a resistência ao esteticismo bestificante de fato funcionem. Que instituições? As universidades!

WL: Na "Nota introdutória" a *O controle do imaginário & a afirmação do romance* (2009), o sr. afirma ser este o seu "último livro que se apoia em uma longa pesquisa". Como será, então, daqui em diante?

LCL: Não sei. Meu propósito foi apenas de dizer que, como estou velho, a qualquer instante posso ser obrigado a deixar de pensar e escrever. Mas até o momento em que lhe respondo continuo trabalhando normalmente. Se assim continuar, nos próximos dois anos quero articular meus grandes temas com a lírica contemporânea. Gostaria de tratar de três poetas de minha particular estima: o sevilhano Antonio Machado, o inglês W. H. Auden e o nosso João Cabral. Mas creio que o livro assumiria um tamanho impossível. Gostaria também de retrabalhar *O redemunho do horror*, melhorando bastante a primeira seção, onde refletiria sobre o próprio Camões - na primeira edição, não considerado por questão de espaço.

um fragmento do novo livro

A NECESSIDADE HUMANA DO CONTROLE

Luiz Costa Lima

É evidente que o controle do imaginário é apenas uma modalidade de um fenômeno muito mais amplo. Para vislumbrá-lo, precisamos compreendê-lo perante as características da espécie humana.



Em seu sentido amplo, a razão do controle está na natureza de "criatura carente" (*Mangelwesen*) do ser humano. Ao dizê-lo, recorreremos à formulação de Arnold Gehlen. Para que não repita o que já escrevi em obra anterior (cf. Costa Lima, Luiz: 1995, especialmente 293-6), limito-me ao estritamente básico. Para Gehlen, a antropologia filosófica há de começar por uma reflexão sobre a própria situação biológica do homem. Na escala dos seres vivos, o homem se singulariza por ser, nas palavras de Nietzsche, "o animal ainda não determinado" (*festgestellt*). A expressão das *noch nichtfestgestellte Tier*, acrescenta Gehlen, apresenta um duplo significado: "Não há nenhuma determinação do que o homem é propriamente; em segundo lugar, o ser humano é algo 'imaturado' (*unfertig*), não firmemente 'posto' (*festgerückt*)" (Gehlen, A.: 1950, 10). Nascido prematuramente (*Frühgeburt*), despojado de potentes garras de ataque e defesa e, dentro da escala animal, detentor de uma *redução de instintos*, o homem antes se define como "um problema biológico especial". Por isso o define como "uma criatura carente": isto é, "de um estrito ponto de vista biológico, em comparação com o animal, a estrutura supra-animal da vida humana mostra-se como um paradoxo, que, por esse motivo, se destaca" (ib., 20).

De sua carência resulta não ter o homem um território biologicamente demarcado e precisar converter-se "em um ser da disciplina" (*ein Wesen der Zucht*) (ib., 32), capaz de "inibir (*Hemmbarkeit*) e diferir (*Verschiebbarkeit*) necessidades e interesses" (ib., 52). Por conseguinte, é nessa condição que a aprendizagem e o exercício da disciplina, em suma, o controle de seus impulsos se torna indispensável ao indivíduo e sua sociedade.

Ao assim dizermos, estamos automaticamente declarando que o que chamamos de controle não se confunde com o aspecto negativo, em que se concentra a modalidade que temos destacado. De acordo com a indagação de Gehlen, o que sobressai é antes o aspecto positivo do controle, pois se confunde com a capacidade humana de modelar, dentro de limites, seus impulsos, inibindo ou diferindo suas necessidades e interesses. Apenas a partir de sua natureza carente o homem se distingue dos outros animais.

É aqui que a maneira como empregamos o termo "controle" afasta-se progressivamente da plena concepção de Gehlen. Para ele, a capacidade humana de inibir e diferir necessidades e interesses apresenta outra face: como essa é uma capacidade *aprendida*, o indivíduo pode deixar de inibir e diferir *em favor da comunidade* para se comprazer a si próprio. Há, portanto, o risco, *die konstitutionelle Gefahr*, diz expressamente o autor, de "que as ações e impulsos humanos *não mais retornem ao mundo* senão que se refinem infinitamente e se persigam a si mesmos" (ib., 315). Para Gehlen, o controle negativo é aquele em que sua força de disciplina é usada em favor do próprio agente, e não da comunidade/sociedade a que pertence. Contra tal risco, aponta para o caminho de "a estrutura (*Verfassung*) social promover o contato social aberto, chegando mesmo a forçá-lo" (id.).

Não nos perguntamos como o autor concebe que essa imposição pudesse atualizar-se. Acentue-se apenas um de seus enunciados: "Este perigo existe exatamente nas altas funções intelectuais liberadas e podem, com facilidade, transpassar a fina fronteira interna, além da qual serão tomadas como intelectualismo ou afetação" (ib., 315). Se então necessitamos de disciplina para compensar e ultrapassar nossas

deficiências biológicas, a sociedade a que pertencemos precisa supervisionar nossa própria disciplina para que ela não se faça em proveito privado. Não podemos evitar a suspeita de que Gehlen desenvolve sua concepção em favor de uma sociedade autoritária. Pois, *a priori*, como visualizar que a inibição e o diferimento dos impulsos possam ser entendidos como estando a serviço do próprio agente senão no espaço de uma sociedade autoritária?

Em suma, não conheço melhor ponto de partida para explicar, em abstrato, a necessidade do controle que a afirmação da natureza carente do homem, que o força a tornar-se um ser obrigado à disciplina. Porque reconheço meu débito a Gehlen, lamento tanto mais sua restrição da conduta humana positiva àquela que se faz em favor do coletivo. É por conta dela que suspeito que Gehlen não aceitaria o que considero a disposição negativa do controle. Pois, endossando o que João Adolfo Hansen afirma em correspondência privada: "A arte é antes de tudo uma experiência do indivíduo capaz de fazer sínteses da experiência que serão mais efetivas quando justamente evidenciam que não há necessidade de repetir a natureza e que é preciso sempre inventar novas formas contra a morte".

O conservadorismo de Gehlen o leva a considerar justificada a ação deste ser cujo aparato biológico impõe que se autodiscipline tão-só quando ela se faz em benefício de sua sociedade. Dessa maneira, não leva em conta que a eficiência na vigilância da sociedade se correlaciona com os interesses dos que a comandam. Afastamo-nos, pois, de Gehlen ao acrescentar: em sua acepção negativa, o controle supõe uma *sociedade assimétrica*; nela, não há simplesmente tensões senão que o exercício do controle deriva de setores que se empenham em manter seu poder, ao passo que os que reagem procuram ou se apossar desse poder ou assumir, dentro da estrutura dominante, uma posição menos desigual, quando não, utopicamente, creem propugnar um não-controle que é outro modo de controle. (As ações hoje chamadas "politicamente corretas", as tentativas de constituição de cânones literários e culturais distintos dos em vigência são exemplos banais de modos de não-controle que logo se gastaram.)

(In: **O controle do imaginário & a afirmação do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 180-182)



dEsEnrEdoS

ano I - **número dois**
setembro outubro 2009
ISSN 2175 3903

entrevista | Luiz Costa Lima

poesia | Alfredo Fressia | Demétrios Galvão | Floriano Martins
| Manoel Ricardo de Lima | Rodrigo Petronio | Virgínia Boechat

prosa de ficção | Bruno Medina | Cícero Burity | Wellington Soares | Zuenir Ventura

tradução | Ezra Pound, por Dirceu Villa
| Lee Harwood, por Sebastião Edson Macedo
| Konstantino Kavafi, por Sebastião Edson Macedo
| Santa Teresa d'Ávila, por Wanderson Lima

ensaio | Cultura do remix - Alexandre Matias
| Pra que serve um crítico musical - Camilo Rocha
| As pessoas, os escritores - Cláudia Lage
| Existe público, sim - Daniel Piza
| A poesia de José Santiago Naud - Floriano Martins
| Uma certa inocência - José Saramago
| Do limite, o salto - Maiara Gouveia
| Herói primitivo - Miguel Sanches Neto
| O que aprendi - Nelson Pereira dos Santos
| O (en)canto dos blogs - Paulo Nassar
| Chico Buarque falou por nós - Ruy Castro

resenha | Charles Taylor e a genealogia da espiritualidade moderna - Alexandre Marques

artigo | Articulação entre melodia e prosódia na canção popular brasileira: uma análise de "Retrato em Preto e Branco" - Alfredo Werney
| A paixão do clérigo Frollo como fator determinante para a violência: um estudo comparativo entre o livro *O corcunda de Notre-Dame* e o filme de William Dieterle - Antonia Pereira de Souza
| Juventude e fanzine: a cartografia de uma prática subversiva - Demétrios Galvão
| A ironia militante de Murilo Rubião - Herasmo Braga de Oliveira Brito
| Há uma primavera em cada vida - a fugacidade do tempo em Florbela Espanca - Lígia Mychelle de Melo Silva
| Gustav Radbruch e a fundamentação de uma teoria racionalista dos direitos humanos - Newton de Oliveira Lima
| Nietzsche e Weber: diálogos entre o cientista e o legislador - Ranieri Ribas
| O slogan: persuasão e fim da experiência - Roselany Duarte

galeria | Gabriel Archanjo